



LAÇOS COMUNITÁRIOS E INSTITUIÇÕES: CAPITAL SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR NOS POLOS AGROFLORESTAIS DE RIO BRANCO, ACRE

Francileide Lopes do Nascimento¹
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida²
Vera Lucia Silveira Botta Ferrante³
Monyele Camargo Graciano⁴
Leandro de Lima Santos⁵

Resumo: Os polos agroflorestais constituem uma experiência de política pública voltada à permanência e à reprodução social de famílias agricultoras no entorno urbano de Rio Branco, Acre. Este estudo analisa como diferentes dimensões do capital, expressas nos laços comunitários e nas formas de ação coletiva, social se articulam às condições de segurança alimentar das famílias residentes nos polos Custódio Freire e Wilson Pinheiro, considerando também fatores produtivos, econômicos e institucionais que condicionam essa relação. Trata-se de estudo de caso comparativo, de caráter exploratório e descritivo, com abordagem quantitativa e qualitativa. A amostra intencional foi composta por 25 famílias, sendo nove residentes no Polo Custódio Freire e dezesseis no Polo Wilson Pinheiro. Foram utilizados uma versão adaptada do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicam a coexistência de práticas de solidariedade e disposição para cooperação com baixa confiança institucional, participação associativa descontínua e dificuldades de organização coletiva. Verificou-se, ainda, que a segurança alimentar está associada a um conjunto mais amplo de condições, envolvendo renda, autoconsumo, diversidade produtiva, infraestrutura, assistência técnica e acesso a políticas públicas. Conclui-se que o capital social constitui recurso relevante para a construção de capacidades coletivas, mas sua mobilização depende de condições materiais e institucionais capazes de transformar vínculos comunitários em estratégias duradouras de desenvolvimento local e enfrentamento das vulnerabilidades alimentares.

Palavras-chave: Capital Social. Segurança Alimentar. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Local. Políticas Públicas.

¹ Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) e mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela mesma instituição. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), com atuação nas áreas de desenvolvimento territorial, agricultura familiar, políticas públicas, meio ambiente e sustentabilidade. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2775-4472>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8411458921710610>. E-mail: francileide.nascimento@ifac.edu.br.

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestre em Engenharia de Produção e graduado em Engenharia de Produção Agroindustrial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Titular do Centro de Ciências da Natureza do Campus Lagoa do Sino da UFSCar e Pró-Reitor de Administração Multicampi. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3066-9170>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5053214724598522>. E-mail: luizmanoel@ufscar.br.

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. Professora aposentada da UNESP e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0679-3852>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7454508605039228>. E-mail: vbotta@techs.com.

⁴ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestra em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista em Direito Civil e bacharela em Direito. Professora da Universidade Federal de Goiás e do Centro universitário Uniaraquaiá, com atuação na área de Ciência Política e Direito. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5552-1562>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4850029029622463>. E-mail: monyelecamargo@ufg.br.

⁵ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestre em Agronegócio pela mesma instituição, especialista em Direito Agrário e graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Professor da Universidade Federal de Goiás, vinculado à Faculdade de Ciências Sociais (FCS), e docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG, do Programa de Pós-Graduação em Conservação e Sustentabilidade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8413-5372>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2750978055015275>. E-mail: leandro.santos@ufg.br.



COMMUNITY TIES AND INSTITUTIONS: SOCIAL CAPITAL, PUBLIC POLICIES, AND FOOD SECURITY IN THE AGROFORESTRY SETTLEMENTS OF RIO BRANCO, ACRE

Abstract: Agroforestry settlements constitute a public policy initiative aimed at supporting the permanence and social reproduction of farming families in the peri-urban areas of Rio Branco, Acre, Brazil. This study analyzes how different dimensions of social capital, expressed through community ties and forms of collective action, relate to the food security conditions of families living in the Custódio Freire and Wilson Pinheiro agroforestry settlements, while also considering the productive, economic, and institutional factors that shape this relationship. This is an exploratory and descriptive comparative case study employing both quantitative and qualitative approaches. The purposive sample consisted of 25 families, nine from the Custódio Freire settlement and sixteen from the Wilson Pinheiro settlement. Data were collected using an adapted version of the Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital (SC-IQ), the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), and semi-structured interviews. The results indicate the coexistence of solidarity practices and willingness to cooperate with low institutional trust, discontinuous participation in local associations, and difficulties in collective organization. Food security was also found to be associated with a broader set of conditions, including income, food production for household consumption, productive diversity, infrastructure, technical assistance, and access to public policies. The study concludes that social capital constitutes a relevant resource for building collective capacities, but its mobilization depends on material and institutional conditions capable of transforming community ties into lasting strategies for local development and addressing food-related vulnerabilities.

Keywords: Social Capital. Food Security. Family Farming. Local Development. Public Policies.

1 Introdução

A constituição dos polos agroflorestais de Rio Branco está relacionada às transformações econômicas e territoriais vivenciadas pelo Acre após o declínio da economia da borracha. A redução da atividade extrativista, as alterações na estrutura fundiária e o deslocamento de parte da população rural em direção à capital contribuíram para um processo acelerado de urbanização e para a expansão de situações de precariedade econômica e social. Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Rio Branco implantou, na década de 1990, os polos agroflorestais como estratégia de reassentamento e geração de condições produtivas para famílias com trajetória vinculada ao meio rural (Pontes, 2015; Toni, 2006).

Os polos foram concebidos como espaços destinados à produção agrícola familiar, combinando objetivos de geração de renda, autoconsumo e permanência das famílias no território. Essa configuração faz com que sua análise ultrapasse a dimensão estritamente produtiva, uma vez que a capacidade das famílias de assegurar condições adequadas de alimentação depende não apenas da renda agrícola, mas também do acesso a recursos produtivos, políticas públicas, infraestrutura e formas de organização social.

A trajetória dos polos agroflorestais também permite compreender a relação entre os recursos construídos no âmbito das comunidades e a atuação do poder público. Redes de solidariedade, confiança e cooperação podem contribuir para o enfrentamento de dificuldades cotidianas e para a organização das famílias. Contudo, parte das condições necessárias à produção e à reprodução social, como acesso à água, infraestrutura, assistência técnica e políticas de comercialização, depende da atuação do Estado. A análise dessa relação permite observar em que



medida os vínculos comunitários contribuem para o enfrentamento das vulnerabilidades e quais demandas permanecem condicionadas à capacidade de resposta das instituições públicas.

A segurança alimentar, nesse contexto, deve ser compreendida como fenômeno multidimensional. Embora a disponibilidade de renda seja fundamental para o acesso aos alimentos, especialmente em sociedades marcadas pela aquisição monetária dos bens alimentares, as condições de segurança alimentar das famílias rurais também podem ser influenciadas pela capacidade de produzir para o autoconsumo, diversificar cultivos, acessar mercados, compartilhar recursos e mobilizar redes familiares, comunitárias e institucionais. Dessa perspectiva, a análise das condições alimentares das famílias requer considerar simultaneamente fatores econômicos, produtivos e relacionais.

Nesse contexto, os laços comunitários também integram as estratégias de reprodução social das famílias. Relações de vizinhança, práticas de solidariedade, redes de apoio e experiências de cooperação podem ser mobilizadas diante de dificuldades produtivas, econômicas e alimentares. Esses vínculos não substituem recursos materiais ou políticas públicas, mas podem ampliar as possibilidades de ação das famílias e favorecer respostas coletivas a problemas compartilhados.

Nos polos agroflorestais, a produção agrícola integra as estratégias de reprodução social das famílias ao combinar geração de renda, produção para autoconsumo e possibilidades de inserção em diferentes canais de comercialização. Sua contribuição para a segurança alimentar, entretanto, não ocorre de forma isolada, uma vez que depende também das condições produtivas, da composição da renda familiar, da infraestrutura disponível e do acesso às políticas públicas.

Entre os recursos relacionais capazes de interferir na capacidade de ação das comunidades encontra-se o capital social. Embora o conceito possua diferentes tradições teóricas, há convergência quanto à relevância das redes sociais, da confiança, da reciprocidade e das formas de cooperação como recursos mobilizáveis por indivíduos e grupos. Para Bourdieu (1986), o capital social decorre dos recursos associados à participação em redes relativamente duráveis; Coleman (1988) enfatiza sua função na estrutura das relações sociais; Putnam (1993) destaca a confiança, as redes cívicas e as normas de reciprocidade; e Fukuyama (1995) ressalta a importância de valores e normas compartilhados para a cooperação.

No meio rural, tais recursos podem adquirir relevância particular porque parte das estratégias de reprodução social das famílias depende de relações territoriais, trocas, reciprocidade, organizações comunitárias e articulação com instituições públicas. A abordagem territorial permite, assim, compreender o capital social não como atributo individual isolado, mas como recurso produzido nas relações entre atores e condicionado pelas características sociais, econômicas e institucionais do território (Sabourin, 2002).



Embora renda, produção e acesso aos alimentos sejam dimensões recorrentes nos estudos sobre segurança alimentar na agricultura familiar, permanece relevante compreender como recursos relacionais e capacidades coletivas se combinam com condições materiais e institucionais em territórios rurais específicos. Essa questão assume especial importância em comunidades nas quais a produção, o autoconsumo, as relações de vizinhança, as organizações locais e o acesso às políticas públicas integram simultaneamente as estratégias de reprodução social das famílias. O estudo dos polos agroflorestais permite observar essas dimensões em dois contextos com características produtivas, territoriais e institucionais distintas.

A partir dessas considerações, o estudo é orientado pela seguinte questão: como as diferentes dimensões do capital social se articulam às condições de segurança alimentar das famílias dos polos agroflorestais Custódio Freire e Wilson Pinheiro, e quais fatores sociais, produtivos e institucionais condicionam essa relação? Parte-se da proposição de que o capital social pode ampliar as capacidades familiares e coletivas de enfrentamento das vulnerabilidades alimentares por meio de redes de apoio, reciprocidade, circulação de informações e ação coletiva. Sua mobilização, entretanto, depende das condições materiais, produtivas e institucionais presentes no território.

O objetivo do estudo é, portanto, analisar como o capital social, expresso nos laços comunitários e nas formas de ação coletiva, se articula às condições de segurança alimentar das famílias dos polos agroflorestais Custódio Freire e Wilson Pinheiro, considerando a interação entre redes sociais, estratégias de autoconsumo, condições produtivas e atuação institucional.

2 Capital social, segurança alimentar e desenvolvimento local

Na perspectiva de Bourdieu (1986), o capital social corresponde ao conjunto de recursos atuais ou potenciais associados à participação em redes relativamente duráveis de relações. Essa abordagem permite compreender que os vínculos sociais não produzem benefícios automaticamente, pois sua capacidade de gerar recursos depende da posição dos atores nas redes e das condições para mobilizá-las. Coleman (1988), por sua vez, enfatiza a função exercida pelas relações sociais na facilitação de determinadas ações, destacando elementos como confiança, obrigações recíprocas e circulação de informações. Putnam (1993) aproxima o conceito do funcionamento das instituições e da capacidade de cooperação coletiva, enfatizando redes cívicas, confiança e normas de reciprocidade.

A aplicação do conceito ao desenvolvimento rural exige, contudo, cautela. A existência de vínculos comunitários não elimina restrições materiais nem substitui políticas públicas. O capital social pode favorecer compartilhamento de recursos, circulação de informações, cooperação produtiva e capacidade de reivindicação, mas sua mobilização depende também do acesso a



infraestrutura, mercados, assistência técnica, crédito e instituições capazes de responder às demandas coletivas. Assim, redes sociais, capacidades organizativas e recursos materiais devem, portanto, ser compreendidos como dimensões interdependentes na agricultura familiar e na implementação de políticas públicas (Santos; Ferreira; Almeida, 2016; Santos *et al.*, 2020).

Essa perspectiva é particularmente relevante para a análise da segurança alimentar. Em territórios rurais, famílias podem combinar aquisição de alimentos no mercado, produção para autoconsumo, trocas entre vizinhos, benefícios sociais, rendas agrícolas e não agrícolas. Redes de confiança e reciprocidade podem ampliar o acesso circunstancial a alimentos, equipamentos, informações e oportunidades de comercialização, enquanto organizações coletivas podem facilitar a interlocução com o Estado e o acesso a políticas públicas.

A relação entre capital social e segurança alimentar deve, portanto, ser compreendida como relacional e condicionada. O capital social pode ampliar capacidades de enfrentamento das vulnerabilidades, mas sua eficácia depende das condições produtivas, econômicas e institucionais disponíveis. Essa abordagem permite evitar interpretações que atribuam às próprias comunidades a responsabilidade exclusiva por dificuldades decorrentes da ausência de infraestrutura, assistência técnica ou políticas públicas.

Para os fins deste estudo, o capital social é compreendido a partir de quatro dimensões operacionalizadas pelo Questionário Integrado para Medir Capital Social: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva; e cooperação. Essas dimensões são analisadas em interação com indicadores de segurança alimentar, estratégias de autoconsumo, renda e condições estruturais dos dois polos investigados.

A partir das dimensões de análise, os laços comunitários são observados empiricamente nas relações de confiança entre moradores, nas práticas de ajuda e solidariedade, na disposição para cooperar, na participação em organizações locais e nas experiências de mobilização coletiva. A análise busca identificar não apenas a existência desses vínculos, mas também as condições em que são mobilizados diante de problemas comuns.

3 Materiais e métodos

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso comparativo, de natureza exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa. A opção pelo estudo de caso decorre do interesse em compreender as relações entre capital social, segurança alimentar e condições territoriais em dois contextos específicos, sem pretensão de generalização estatística para o conjunto da agricultura familiar de Rio Branco. A comparação entre os polos permitiu identificar convergências e diferenças relacionadas à organização social, às condições produtivas e às estratégias de segurança alimentar das famílias.



Os casos selecionados foram os polos agroflorestais Custódio Freire e Wilson Pinheiro, localizados em áreas distintas do município de Rio Branco. O Polo Custódio Freire situa-se às margens da BR-364, no km 8, enquanto o Polo Wilson Pinheiro está localizado na Rodovia AC-90, no km 18. A seleção dos dois casos também se justifica por suas diferenças institucionais e produtivas. O Custódio Freire está vinculado à gestão municipal, possui lotes de aproximadamente 2,5 hectares e produção predominantemente hortícola. O Wilson Pinheiro, sob gestão estadual, possui lotes entre 5 e 8 hectares e maior presença de cultivos frutíferos. Essas diferenças permitem observar como condições territoriais e produtivas distintas interagem com formas de organização social e estratégias alimentares.

A seleção dos participantes ocorreu por amostragem intencional, compatível com a natureza exploratória e com o desenho de estudo de caso. Durante a pesquisa de campo, as famílias foram contatadas em suas residências e convidadas a participar do estudo. A amostra foi composta pelas famílias encontradas nos domicílios no momento das visitas, que apresentavam disponibilidade e aceitaram voluntariamente o convite. Foram incluídos agricultores familiares maiores de 18 anos e diretamente vinculados à dinâmica produtiva e familiar das unidades investigadas. Participaram 25 famílias, sendo nove (09) do Polo Custódio Freire e dezesseis (16) do Polo Wilson Pinheiro. A amostra não pretende representar estatisticamente o conjunto das famílias dos polos, de modo que os resultados se restringem aos casos investigados e admitem generalização analítica e contextual.

Para a investigação do capital social foi utilizada uma versão adaptada do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), elaborado pelo Banco Mundial (Grootaert et al., 2003). Considerando os objetivos do estudo e as características dos polos agroflorestais, a análise concentrou-se em quatro dimensões: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva; e cooperação.

A seleção dessas dimensões buscou privilegiar aspectos relacionados à capacidade de organização, interação e mobilização coletiva dos agricultores. Durante a aplicação, as questões foram lidas pela pesquisadora e as respostas registradas no instrumento, procedimento adotado de forma padronizada entre os participantes.

A condição de segurança alimentar das famílias foi investigada por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento baseado na percepção domiciliar sobre experiências relacionadas à restrição de acesso aos alimentos. Foi utilizada a versão reduzida composta por oito questões, referentes às experiências alimentares vivenciadas nos três meses anteriores à entrevista. As respostas positivas foram somadas conforme os critérios de classificação do instrumento, permitindo identificar a condição de segurança ou insegurança alimentar das famílias participantes (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009; Panigassi et al., 2008).



A utilização da EBIA permitiu acrescentar à análise uma medida padronizada de experiência de insegurança alimentar. Entretanto, seus resultados foram interpretados em conjunto com dados sobre produção para autoconsumo, renda e condições produtivas, considerando-se que a escala não abrange isoladamente todas as dimensões sociais, nutricionais e produtivas da segurança alimentar.

Além dos instrumentos estruturados, foram realizadas entrevistas orientadas por roteiro com questões relacionadas à organização comunitária, confiança, cooperação, experiências de mobilização coletiva, dificuldades produtivas, relações com organizações locais e atuação do poder público. O componente qualitativo foi utilizado para contextualizar os padrões observados nos questionários e compreender os sentidos atribuídos pelos agricultores às relações comunitárias e às dificuldades enfrentadas nos polos.

3.1 Tratamento e análise dos dados

Os dados quantitativos provenientes do QI-MCS e da EBIA foram organizados segundo o polo de residência e analisados por meio de estatística descritiva. Foram utilizadas frequências absolutas e relativas, médias e medidas de dispersão quando aplicáveis. Em razão do tamanho da amostra e do caráter exploratório do estudo, não foram realizados testes estatísticos inferenciais nem estimativas de associação causal.

A comparação entre os polos teve finalidade analítica e buscou identificar diferenças e aproximações nos padrões de confiança, participação, cooperação, autoconsumo, renda e segurança alimentar. Os dados qualitativos foram utilizados de maneira complementar, permitindo interpretar e contextualizar os resultados quantitativos a partir dos relatos dos participantes. A integração entre os dois conjuntos de dados ocorreu na etapa de interpretação dos resultados, buscando identificar convergências, divergências e mecanismos relacionados à mobilização do capital social nos dois contextos.

4 Resultados e discussões

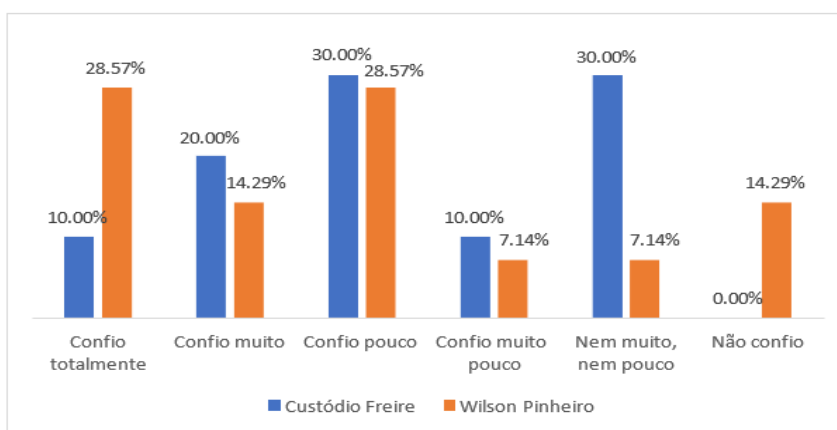
4.1 Confiança, redes e relações institucionais

A confiança é amplamente reconhecida como um elemento central na teoria do capital social, pois, em comunidades onde esse sentimento é compartilhado entre os membros, ampliam-se as possibilidades de formação e fortalecimento de redes de cooperação e de ações coletivas. Essa confiança mútua cria um ambiente favorável à reciprocidade, à circulação de informações e ao engajamento em objetivos comuns, reduzindo os custos de transação e aumentando a eficiência das interações sociais e econômicas.

Os dados indicam níveis reduzidos ou intermediários de confiança em diferentes relações

sociais e institucionais, embora a intensidade desse padrão varie entre os dois polos e conforme o ator considerado. No entanto, ao observar as diferentes esferas, vizinhança, governo local e governo central, surgem nuances importantes. A figura 1 apresenta a percepção de confiança dos entrevistados, em relação aos seus vizinhos.

Figura 1 - Quanto você confia nos vizinhos?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

No Polo Custódio Freire, 30,00% dos participantes assinalaram a categoria “nem muito, nem pouco”, indicando uma posição intermediária na avaliação da confiança nos vizinhos. No Polo Wilson Pinheiro, essa resposta foi registrada por 7,14% dos participantes, observando-se maior dispersão das respostas entre as categorias da escala.

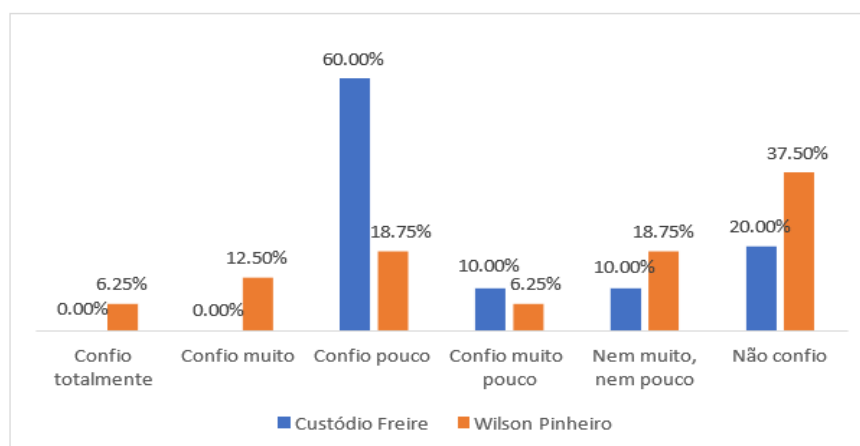
A desconfiança explícita, embora menor, também merece destaque: 6,67% dos entrevistados do polo Wilson Pinheiro declararam que não confiam nos vizinhos, enquanto no polo Custódio Freire essa resposta não foi registrada. Apesar desse cenário de confiança parcial ou limitada, a maioria dos entrevistados acredita que os vizinhos estariam dispostos a ajudá-los em caso de necessidade, o que revela a existência de uma solidariedade pontual, mesmo em contextos de baixa confiança.

Alguns entrevistados informaram que os vizinhos são muito fechados. Uma entrevistada que participa da gestão da cooperativa do polo Wilson Pinheiro disse que existe dificuldade de diálogo, pois a maioria dos moradores têm dificuldades em aceitar mudanças, como por exemplo na produção e comercialização. Também foi relatada a percepção de pouco interesse em estabelecer relações de proximidade com os vizinhos, o que pode estar relacionado a uma cultura de distanciamento social ou à falta de oportunidades para interação comunitária.

Essa ausência de confiança não se restringe aos vizinhos. Quando perguntados se acreditam que se pode confiar nas pessoas em geral, 90,00% dos moradores do polo Custódio Freire e 73,33% do polo Wilson Pinheiro disseram que “nunca é demais ter cuidado”. Os resultados sugerem que a cautela nas relações interpessoais ultrapassa as relações imediatas de

vizinhança e pode constituir um elemento relevante para compreender as dificuldades de organização e mobilização coletiva observadas nos casos estudados.

Figura 2 - Quanto você confia nos membros do governo local?



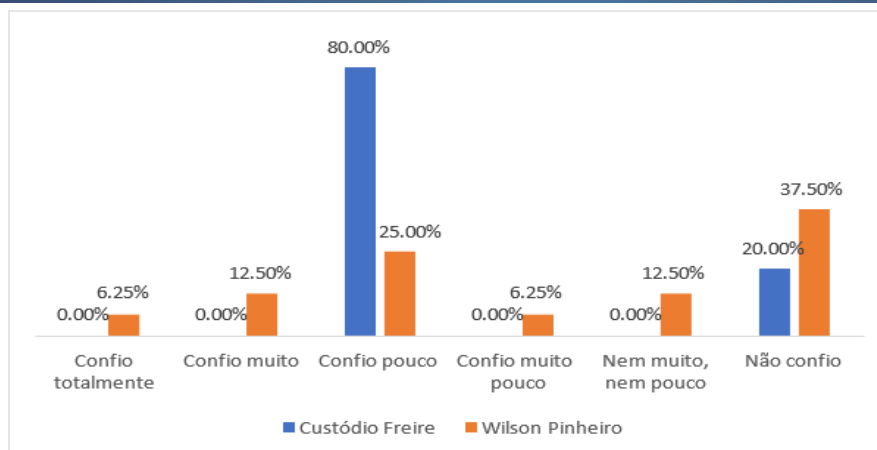
Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nota-se que o nível de rejeição ao governo local é comparável ao nível de desconfiança entre vizinhos, sugerindo que as instituições públicas locais enfrentam o mesmo descrédito das relações interpessoais. Esse sentimento pode estar relacionado a promessas não cumpridas por parte do poder público, como por exemplo, o compromisso de manutenção dos ramais, decorrentes das manifestações dos moradores em 2023. A prefeitura disponibilizou apenas restos de massa asfáltica e os moradores “espalharam” o material no ramal.

A falta de assistência técnica é outro motivo de reclamação por parte dos moradores. Uma moradora informou que há alguns anos, a secretaria municipal de agricultura, assumiu o compromisso de realizar visitas técnicas duas vezes por semana, porém a promessa não foi cumprida. Essa situação gera prejuízos aos produtores, pois quando suas plantações são atingidas por pragas, os produtores têm dificuldades para conter o avanço das doenças.

A figura 3 mostra como confiança nos membros do governo central é ainda mais fragilizada.

Figura 3 - Quanto você confia nos membros do governo central?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

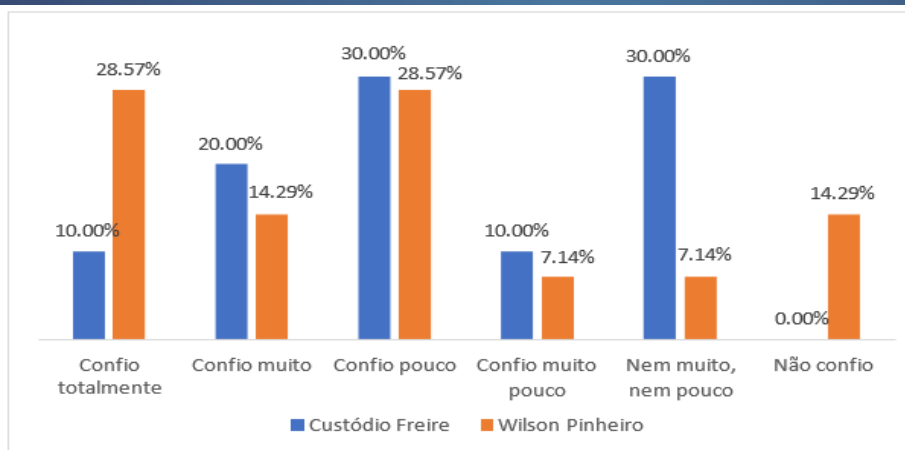
No polo Custódio Freire, 80,00% disseram confiar pouco, e 20,00% não confiam de forma alguma. No polo Wilson Pinheiro, 37,5% também não confiam, o que mostra uma percepção igualmente negativa. Isso indica que, embora o governo central esteja mais distante fisicamente da realidade dos moradores, sua imagem não é mais confiável que a dos vizinhos e, em alguns casos, é percebida como ainda mais negativa.

Os dados mostram que nenhuma das esferas sociais ou institucionais goza de um alto nível de confiança. No entanto, os vizinhos são percebidos com ligeiramente mais confiança no polo Wilson Pinheiro, especialmente considerando que parte significativa acredita que os vizinhos ajudariam em situações de necessidade.

Já no polo Custódio Freire, o governo local apresenta um percentual mais expressivo de "confio pouco" (80,00%) do que os próprios vizinhos têm de desconfiança explícita, o que pode sinalizar uma confiança resignada, mas existente, na atuação institucional.

A baixa confiança observada em relação às instituições governamentais deve ser interpretada em conjunto com os relatos dos participantes sobre dificuldades de acesso a políticas públicas, assistência técnica, infraestrutura e canais institucionais de comercialização. Os dados não permitem estabelecer relação causal entre essas experiências e os níveis de confiança, mas indicam que a percepção sobre a atuação estatal constitui dimensão relevante do contexto analisado. A pesquisa também verificou o nível de confiança em relação a associação de produtores, conforme a figura 4.

Figura 4 - Quanto você confia na associação de produtores?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A análise do nível de confiança na associação de produtores revela-se especialmente relevante, pois, juntamente com as igrejas, trata-se de um dos únicos grupos sociais aos quais a maioria dos entrevistados afirmou pertencer. No polo Wilson Pinheiro, observou-se que 14,29% dos moradores declararam não confiar na associação de produtores. Importa destacar que essa alternativa não constava no questionário original, mas foi considerada devido à recorrência da resposta espontânea entre os participantes.

Segundo o relato de um produtor local, a primeira associação foi desativada, em razão de antigos contratos de financiamento firmados por alguns agricultores com aval da própria entidade. A inadimplência em parte desses contratos gerou restrições financeiras e jurídicas à associação, impedindo-a de participar de programas de apoio, como as compras institucionais. A experiência relatada com a associação anterior e a trajetória ainda recente da nova entidade constituem elementos contextuais relevantes para interpretar os níveis de confiança observados, embora os dados não permitam estabelecer relação causal entre essas experiências e as respostas dos participantes.

No polo Custódio Freire, os moradores apresentaram uma postura de indiferença quanto à confiança na associação de produtores: 33,24% declararam “não confiar nem muito, nem pouco”. Um produtor relatou que raramente participa das reuniões, pois as convocações são feitas por meio de aplicativos de mensagens, e como ele acessa a internet com pouca frequência, só toma conhecimento das decisões institucionais depois que já foram tomadas. Esse problema de comunicação compromete a participação dos associados nos encontros e, sobretudo, nos processos de deliberação da entidade. Recentemente, a associação passou por uma mudança de liderança com a posse de um novo presidente. No entanto, não foi possível aplicar o questionário ao atual representante, uma vez que ele não reside no polo, o que pode limitar sua articulação com os produtores locais.

A análise da Tabela 1 revela que os moradores do Polo Custódio Freire demonstraram



um nível mais elevado de disposição em colaborar com iniciativas coletivas, mesmo quando os benefícios diretos não os atingem pessoalmente.

Tabela 1 - Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para outras pessoas do(a) bairro/localidade, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro?

Resposta	Custódio Freire (n = 10)	Wilson Pinheiro (n = 16)
Dinheiro	7 (70,0%)	5 (31,3%)
Tempo	7 (70,0%)	7 (43,8%)
Trabalho	10 (100,0%)	11 (68,8%)
Equipamentos	2 (20,0%)	4 (25,0%)
Não contribuiria	0 (0,0%)	4 (25,0%)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Observa-se que 100% dos entrevistados afirmaram que contribuiriam com trabalho, e 70,00% estariam dispostos a doar dinheiro ou tempo. Esse padrão indica um senso mais fortalecido de solidariedade e pertencimento à comunidade local. Em comparação, no Polo Wilson Pinheiro, os índices de contribuição são visivelmente mais baixos, especialmente no item financeiro, com apenas 31,25% dispostos a colaborar com dinheiro. A contribuição com trabalho foi indicada por 68,75%, enquanto o tempo foi mencionado por 43,75% dos entrevistados. A baixa disposição para contribuir com equipamentos em ambos os polos, 20% no polo Custódio Freire e 25% no polo Wilson Pinheiro, pode ser explicada pela limitação material enfrentada pelas famílias assentadas. Muitos agricultores relataram que possuem poucos equipamentos e, portanto, não teriam como emprestá-los, como ilustrado na fala de um dos entrevistados: "Se eu tivesse, eu emprestaria."

Outro dado relevante é a proporção de entrevistados do Polo Wilson Pinheiro que afirmaram não contribuir de forma alguma: 25%, contra nenhum no Polo Custódio Freire. Esse resultado indica menor disposição declarada para contribuição coletiva entre os participantes do Polo Wilson Pinheiro, especialmente quando comparados aos entrevistados do Custódio Freire.

Essa tendência de maior engajamento social entre os moradores de Custódio Freire também se confirma quando se analisa a participação em ações coletivas nos últimos 12 meses: 30,00% dos entrevistados do polo afirmaram ter participado de atividades desse tipo, enquanto no Wilson Pinheiro o índice foi de apenas 23,53%. Considerados conjuntamente, esses indicadores sugerem maior disposição declarada para determinadas formas de cooperação entre os participantes do Custódio Freire. Essa diferença, entretanto, deve ser interpretada à luz do

caráter intencional e do tamanho reduzido da amostra.

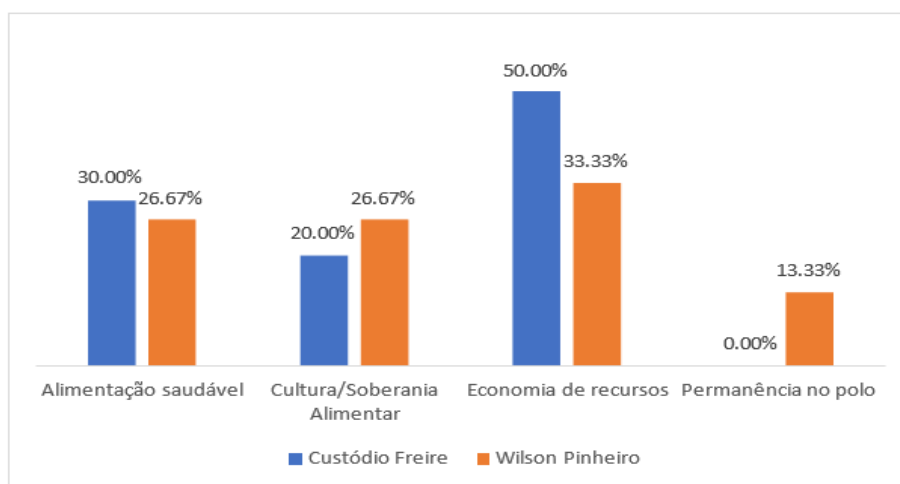
4.2 Produção para autoconsumo: percepções e limitações

A produção para autoconsumo constitui uma estratégia relevante para a reprodução social da agricultura familiar, pois pode reduzir despesas monetárias com alimentação, ampliar a disponibilidade domiciliar de alimentos e diminuir parcialmente a dependência das oscilações do mercado. Nos contextos rurais, essa prática também pode se articular a estratégias de diversificação produtiva e permanência das famílias no território.

Nos polos agroflorestais, a produção para o autoconsumo é limitada por diversos fatores, entre eles o tamanho reduzido dos lotes. No polo Custódio Freire, por exemplo, as propriedades possuem, em média, 2,5 hectares, e, em alguns casos, nem toda a área é passível de aproveitamento agrícola devido à presença de declives acentuados e solos de baixa fertilidade. Essas limitações físicas restringem o potencial produtivo, dificultando a diversificação de cultivos e comprometendo a capacidade das famílias de suprir suas próprias necessidades alimentares.

A pesquisa buscou identificar qual o significado da produção de alimentos para o consumo das famílias, na visão dos entrevistados, conforme ilustra a figura 5. A produção de alimentos para o autoconsumo é percebida de maneira diversa pelos moradores dos polos Custódio Freire e Wilson Pinheiro, refletindo tanto diferenças estruturais entre os lotes quanto práticas culturais e estratégias de subsistência.

Figura 5 - O que significa para sua família produzir alimentos para o autoconsumo?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Para 50% dos participantes do Custódio Freire, a economia de recursos foi o significado mais frequentemente associado à produção para autoconsumo, evidenciando a relevância econômica atribuída a essa prática. Esse resultado não exclui outras dimensões culturais, sociais

ou identitárias, que podem coexistir com a função de redução das despesas alimentares. Já no polo Wilson Pinheiro, embora esse aspecto também seja relevante (33,33%), há maior diversidade de significados atribuídos, com destaque para alimentação saudável (26,67%) e soberania alimentar (26,67%). Apenas no polo Wilson Pinheiro a produção para autoconsumo foi associada à permanência no território (13,33%), o que indica que, para parte dos participantes desse polo, o autoconsumo também é percebido em associação com a permanência no território.

Essa diferença de percepções pode ser explicada em parte pelas condições estruturais dos lotes. No polo Custódio Freire, as propriedades são menores (apenas 2,5 hectares), contra lotes que variam de 5 a 8 hectares no Wilson Pinheiro. Por consequência, a variedade de cultivos é mais restrita. Isso constitui uma das condições que podem limitar a diversificação produtiva e as possibilidades de autoconsumo. Quando perguntados sobre o quanto da alimentação da família provém da produção local, 90,00% dos moradores do Custódio Freire responderam que apenas uma parte (menos da metade) da alimentação é oriunda da própria propriedade, enquanto esse índice cai para 62,5% no Wilson Pinheiro, indicando uma maior capacidade de suprimento alimentar no segundo polo.

A diversidade de alimentos produzidos para autoconsumo também revela essa diferença de escala. O quadro 1, apresenta todos alimentos que foram citados pelos entrevistados, quando questionados sobre a produção para o autoconsumo. Enquanto no Custódio Freire os moradores relataram cerca de 26 tipos de produtos alimentares, no Wilson Pinheiro foram identificados mais de 45 itens, incluindo hortaliças, frutas, raízes, grãos, proteína animal e até pescados.

Quadro 1 - Alimentos oriundos da propriedade para o consumo da família.

Categoria	Custódio Freire	Wilson Pinheiro
Hortaliças	Couve, Cheiro-verde	Couve, Alface, Rúcula, Cebolinha, Cheiro-verde, Pepino, Chicória, Coentro, Tomate, Pimenta de cheiro
Frutas	Banana, Maracujá, Tangerina, Laranja, Limão, Cupuaçu, Graviola, Acerola, Manga, Coco, Cajá, Jaca, Abacate	Banana, Manga, Graviola, Cupuaçu, Acerola, Açaí, Goiaba, Coco, Pocam, Laranja, Jambo, Cacau, Lima, Jabuticaba, Caju, Mamão, Jaca, Biribá, Banana comprida
Proteínas	Ovos, Galinha, Porco	Porco, Galinha, Ovos, Peixe
Grãos, Raízes e Condimentos	Macaxeira, Cana	Macaxeira, Feijão, Milho, Farinha, Goma, Colorau

Fonte: Elaboradores pelos autores, 2025.



É necessário detalhar as informações, pois a diversidade produtiva não é uma realidade presente em todas as propriedades. No Polo Custódio Freire, por exemplo, das famílias visitadas, duas relataram que os produtos voltados ao autoconsumo se restringem a hortaliças. Além disso, apenas três propriedades mantinham alguma forma de produção de proteína animal. No caso do Polo Wilson Pinheiro os alimentos básicos feijão, farinha, goma; as proteínas porco e peixe e as frutas nativas (açaí, biribá, caju, cacau, jambo, jabuticaba), foram mencionados apenas uma vez. Em ambos os polos, parte dos produtos elencados não são cultivados exclusivamente para o autoconsumo, ou seja, compõem também, o conjunto de produtos que são comercializados no mercado.

Ao serem questionados sobre as dificuldades enfrentadas para ampliar a produção voltada ao autoconsumo, os produtores apontaram diversos fatores, entre eles: falta de água, necessidade de manutenção nos açudes, baixa fertilidade do solo, ausência de assistência técnica, tamanho reduzido dos lotes, presença de pragas, além de limitações relacionadas à idade e saúde dos agricultores. Dentre esses obstáculos, dois merecem destaque. O primeiro é a escassez de água, problema frequentemente apontado pelos moradores como urgente e recorrente. A linha de distribuição da empresa municipal de abastecimento de água passa próxima ao polo, a aproximadamente 1 km, segundo relatos dos moradores. A expansão dessa rede até o polo poderia solucionar, ou ao menos amenizar, os problemas enfrentados pelos produtores em relação à irrigação.

Apesar de algumas propriedades possuírem açudes, a falta de manutenção adequada, aliada às estiagens prolongadas, compromete o armazenamento de água. Durante os períodos de seca, o abastecimento é feito por meio de caminhões-pipa fornecidos pela prefeitura. No entanto, esse apoio é insuficiente para atender tanto às necessidades domésticas quanto produtivas. Aqueles que não possuem açudes frequentemente dependem da solidariedade dos vizinhos para obter água em situações críticas.

A ajuda entre vizinhos diante da escassez de água evidencia uma das formas concretas assumidas pelos laços comunitários nos polos. Nessas situações, relações de proximidade e solidariedade são mobilizadas para enfrentar uma dificuldade que afeta a produção e a reprodução cotidiana das famílias. O alcance desses vínculos, entretanto, é limitado diante de problemas que exigem soluções estruturais. O compartilhamento de água pode reduzir circunstancialmente os efeitos da escassez, mas não substitui investimentos em infraestrutura hídrica. O caso evidencia, assim, a relação entre laços comunitários e ação estatal que atravessa os resultados da pesquisa.

Outro fator relevante é a baixa fertilidade do solo. Alguns agricultores relataram que, ao iniciar o plantio de determinadas culturas, como a banana, por exemplo, apenas a primeira safra



apresenta bons resultados, com queda significativa na produtividade nas safras seguintes. No Polo Wilson Pinheiro, além das dificuldades já mencionadas, surgem outras como a falta de mão de obra, equipamentos e investimentos da prefeitura. A ausência de mão de obra, embora não tenha sido destacada inicialmente, afeta ambos os polos. A produção costuma ser realizada pelos casais chefes de família, cuja faixa etária é elevada, muitos já são aposentados pela previdência rural.

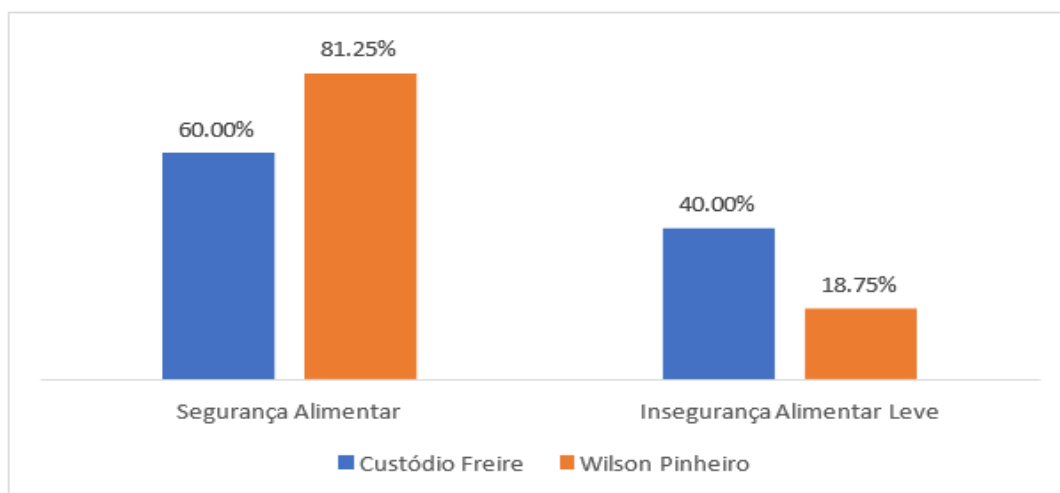
Quanto à escassez de equipamentos e à ausência de investimentos da prefeitura, esses problemas estão interligados. Para muitos produtores, a aquisição de equipamentos e insumos necessários à produção deveria ser viabilizada por meio de políticas públicas e investimentos governamentais. Os relatos indicam expectativa significativa de atuação do poder público na provisão de equipamentos, insumos e infraestrutura produtiva. Esse resultado deve ser compreendido considerando que parte dessas demandas envolve recursos de elevado custo ou competências institucionais que dificilmente poderiam ser supridas exclusivamente pela organização comunitária.

4.3 Segurança alimentar e composição da renda familiar

A mensuração do nível de segurança e insegurança alimentar das famílias assentadas nos polos foi realizada através da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). O IBGE começou a usar a EBIA em 2004, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) daquele ano. A metodologia tem por objetivo obter a percepção das famílias em relação às suas condições de alimentação, o que possibilita a classificação de níveis de (in)segurança alimentar.

Embora seja amplamente utilizada, alguns autores apontam limitações desta metodologia. A análise das questões que compõem a EBIA evidencia que o instrumento está voltado, principalmente, para mensurar a segurança alimentar no sentido de acesso aos alimentos. A ênfase recorrente na falta de recursos financeiros para adquiri-los reflete a realidade brasileira, onde o acesso ocorre predominantemente pela compra. Contudo, a escala não contempla, de forma adequada, sua qualidade nutricional ou às condições sustentáveis de produção (Jesus e Hoffmann, 2024). Apesar dessa crítica, os autores reafirmam a importância da renda como condicionante fundamental, mas não exclusivo, da insegurança alimentar no Brasil. A Figura 6 apresenta os níveis de insegurança alimentar, observado nos polos agroflorestais, conforme apurado pela EBIA.

Figura 6 - Resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, em percentual.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A interpretação desses resultados exige considerar que a EBIA mensura experiências domiciliares relacionadas ao acesso aos alimentos e à percepção de restrições alimentares, não constituindo uma medida direta da qualidade nutricional ou da diversidade da dieta. Dessa forma, a classificação obtida pela escala deve ser analisada em conjunto com as demais informações sobre autoconsumo, renda, diversidade produtiva e condições de reprodução social das famílias. A renda é uma das principais variáveis que exercem influência no nível de (in)segurança alimentar das famílias tanto no meio urbano como na área rural. O quadro 2, apresenta os diferentes tipos de rendas, auferidas pelos agricultores no ano de 2024 e o desvio padrão.

Quadro 2 - Valores de renda recebidos anualmente pelas famílias e o respectivo desvio padrão.

Tipo de renda	Custódio Freire	Wilson Pinheiro
Renda bruta	521.748,00	444.948,00
Renda bruta Média	57.972,00	27.809,25
Desvio padrão	33.341,27	27.248,22
Trabalho não agrícola	13.250,00	67.632,00
Bolsa família	31.200,00	39.000,00
Aposentadoria	145.728,00	327.888,00

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A situação econômica do polo Wilson Pinheiro, apresentando a menor renda agrícola

média, diverge a infraestrutura encontrada no local. O referido polo possui ramais em melhores condições de conservação e localização privilegiada, pois está a cerca de 13 KM do Ceasa. Também é o único que possui escola pública estadual e transporte público coletivo. O tamanho dos lotes em alguns casos é o dobro da área das propriedades do polo Custódio Freire.

A interpretação desses valores deve considerar que a renda bruta agrícola não desconta custos produtivos, como insumos, transporte, energia e combustível. Dessa forma, os valores apresentados não correspondem necessariamente à renda líquida efetivamente disponível para o consumo familiar. Analisando individualmente os dados dos formulários respondidos pelos produtores é possível identificar bastante discrepância entre a renda de diferentes famílias. Neste sentido, o polo Wilson Pinheiro possui menor desvio padrão, o que sugere maior homogeneidade no tocante à renda familiar dos produtores, ou seja, os rendimentos de cada família apresentam valores semelhantes ou próximos. Por outro lado, o desvio padrão do polo Custódio Freire indica maior variação entre as rendas recebidas pelos produtores.

Quadro 3 - Relação entre a renda agrícola média mensal e o nível de (in) segurança alimentar

(In) Segurança Alimentar	Renda Agrícola Média Mensal (R\$)	
	Custódio Freire	Wilson Pinheiro
Segurança alimentar	3.847,66	2.413,62
Insegurança Alimentar Leve	5.722,50	1.900,66

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Neste caso, observa-se que os entrevistados em insegurança alimentar leve apresentam uma renda agrícola média superior à daqueles que estão em condição de segurança alimentar. Esse resultado contraria a expectativa teórica e empírica predominante, segundo a qual maiores níveis de renda proveniente da produção agrícola, tendem a estar associados a melhores condições de segurança alimentar, pois maior renda supõe maior capacidade de acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar esse aparente paradoxo. O fato de algumas famílias com maior renda agrícola apresentarem insegurança alimentar leve sugere que a relação entre geração de renda e segurança alimentar não é necessariamente linear. A renda agrícola constitui apenas um dos componentes da reprodução econômica familiar e pode estar

associada a custos de produção, despesas de comercialização e diferentes formas de utilização dos recursos obtidos. Além disso, aposentadorias, programas de transferência de renda, trabalho não agrícola e produção para autoconsumo também integram as estratégias econômicas das famílias. Os resultados reforçam, portanto, a necessidade de analisar a segurança alimentar a partir da composição das fontes de renda e das condições de reprodução social, e não somente do valor da produção agrícola.

No Polo Wilson Pinheiro, os participantes classificados em segurança alimentar apresentaram renda agrícola média superior à daqueles classificados em insegurança alimentar leve. Considerando o caráter exploratório e o número reduzido de observações, esse resultado deve ser interpretado descritivamente, sem inferência de associação estatística entre as variáveis. No que tange ao recebimento de benefícios sociais estes programas contribuem para elevação ou complementação da renda familiar. O Quadro 4 apresenta a distribuição do recebimento de aposentadoria e Bolsa Família segundo a condição de segurança alimentar dos participantes.

Quadro 4 - Relação entre os benefícios sociais e o nível de (in) segurança alimentar

Benefício Social	Wilson Pinheiro (Insegurança Alimentar Leve)	Wilson Pinheiro (Segurança Alimentar)	Custódio Freire (Insegurança Alimentar Leve)	Custódio Freire (Segurança Alimentar)
Aposentadoria	100%	56,25%	100%	66,67%
Bolsa Família	33,33%	31,25%	50%	28,57%

Fonte: Elaborado pelos autores 2025.

A distribuição observada mostra que o recebimento de benefícios sociais ocorre tanto entre famílias em segurança alimentar quanto entre aquelas em insegurança alimentar leve. Considerando o caráter exploratório e o tamanho da amostra, os resultados devem ser interpretados descritivamente, sem inferência de associação entre o recebimento dos benefícios e a condição de segurança alimentar.

4.4 Capital social, capacidades coletivas e desenvolvimento local

Os resultados mostram que os laços comunitários assumem diferentes formas e intensidades nos polos estudados. Relações de vizinhança, solidariedade, disposição para



cooperação e experiências de mobilização coexistem com baixa confiança em determinadas relações, participação associativa descontínua e dificuldades de organização coletiva. O aspecto central não reside, portanto, na ausência de recursos relacionais, mas nas condições que favorecem ou dificultam sua conversão em formas mais permanentes de ação coletiva.

Segundo Bourdieu (1986), o capital social se realiza na capacidade dos grupos de mobilizar seus vínculos em favor de interesses compartilhados. Essa experiência evidencia a mobilização episódica de vínculos comunitários em torno de uma reivindicação compartilhada, demonstrando que recursos relacionais podem ser ativados diante de problemas coletivos concretos. No entanto, o fato de essas ações serem relatadas como eventos isolados e não como práticas recorrentes sugere que o capital social disponível ainda não se transformou em uma estrutura social permanente.

Outro participante menciona a “solicitação de pavimentação do ramal” como exemplo de ação coletiva, o que amplia a compreensão de que os moradores identificam problemas locais e, em certas ocasiões, tentam enfrentá-los por meio da ação conjunta. Para Putnam (1993), o desempenho institucional de uma comunidade está diretamente relacionado à densidade de suas redes cívicas. Ainda que as ações relatadas apontem para uma capacidade de articulação mínima, sua esporadicidade e a ausência de uma institucionalização dos canais de participação revelam uma fragilidade das estruturas que deveriam sustentar a cooperação em médio e longo prazo.

A resposta “arraial para comprar material de construção para igreja” mostra um exemplo de solidariedade associada à fé, um tipo de mobilização comum em contextos rurais onde as instituições religiosas ainda funcionam como núcleos comunitários. Fukuyama (2001) afirma que normas informais, como as que se estabelecem em torno da religião, podem se converter em capital social quando promovem cooperação para objetivos comuns. Nesse caso, a igreja serve como mediadora simbólica e prática da ação coletiva. Entretanto, a vinculação do engajamento apenas a causas religiosas pode também restringir a amplitude da cooperação, limitando-a a contextos devocionais, e não necessariamente estruturando mecanismos duráveis de participação cívica ou política.

A ausência de ações coletivas contínuas é reforçada por outra resposta: “há muito tempo”, dita por uma participante ao ser questionada sobre a última vez que houve mobilização para resolver problemas na comunidade. Esse intervalo temporal denuncia a erosão das práticas coletivas e corrobora o diagnóstico de Putnam (2000) sobre o enfraquecimento das instituições intermediárias e da cultura cívica. Quando questionados se os moradores poderiam realizar atividades coletivas na produção e comercialização, muitos entrevistados responderam “Sim, com apoio da prefeitura”.

A referência recorrente ao apoio da prefeitura não deve ser interpretada exclusivamente como sinal de dependência comunitária. Ela também evidencia que a ação coletiva ocorre em um



contexto no qual determinadas soluções dependem de recursos, infraestrutura e competências institucionais que ultrapassam a capacidade individual ou comunitária. Problemas como abastecimento de água, manutenção de ramais, transporte e assistência técnica requerem, em diferentes graus, atuação estatal. Assim, a baixa capacidade de mobilização do capital social resulta tanto de fragilidades organizativas internas quanto das limitações da estrutura institucional disponível no território.

Essa condição revela uma dependência da mediação institucional externa para a efetivação da cooperação econômica local. Para Coleman (1990), o capital social precisa ser reforçado por instituições que atuem como garantidoras da confiança e do compromisso entre os atores. A ausência de uma estrutura autônoma de apoio mútuo torna a comunidade vulnerável à oscilação das políticas públicas e à presença ou ausência do Estado. Isso indica que, embora exista uma percepção positiva quanto à possibilidade de organização, falta o arcabouço institucional interno que transforme essa possibilidade em realidade concreta.

Uma outra resposta indica que os moradores poderiam se organizar para produzir e comercializar “se tivesse carro próprio”. Essa fala evidencia uma limitação material que impede a ativação do capital social em seu aspecto econômico. Para Bourdieu (1997), o capital social interage com o capital econômico e com o capital cultural, e sua eficácia depende do equilíbrio entre essas dimensões. A ausência de infraestrutura, neste caso, meios de transporte, representa um bloqueio que transcende a vontade coletiva e expõe a vulnerabilidade estrutural da comunidade.

Assim, mesmo onde há disposição para agir coletivamente, a escassez de meios concretos reduz a potência do capital social como vetor de desenvolvimento local. “Na cooperativa é possível” e “sim, na cooperativa” são respostas que revelam a percepção de que há espaço institucional onde a ação coletiva pode se realizar. Isso confirma a tese de Coleman (1988), para quem estruturas formais como cooperativas funcionam como repositórios e catalisadores de capital social. No entanto, o fato de a cooperativa aparecer como exceção e não como regra indica que o acesso a esse tipo de rede produtiva é limitado a determinados segmentos ou grupos.

O capital social, nesses termos, permanece concentrado, o que Bourdieu (1997) considera como uma forma de monopolização simbólica dos recursos relacionais, dificultando o acesso equitativo de todos os moradores às oportunidades de desenvolvimento. Os agricultores foram questionados se acreditavam na possibilidade de desenvolverem atividades coletivas na produção e comercialização, a maioria respondeu “seria bom”, sem afirmar diretamente a viabilidade da ação coletiva demonstra a existência de um desejo difuso de cooperação, mas também a falta de clareza sobre os caminhos institucionais e organizativos para que isso aconteça. Putnam (2000) argumenta que, em comunidades com baixo capital social, prevalecem expressões de vontade desarticuladas, que não encontram respaldo em estruturas concretas de mobilização.



A renda agrícola sozinha não garante segurança alimentar, por exemplo, no Polo Custódio Freire, famílias com maior renda ainda estavam em condição de insegurança leve. A relação entre renda, padrões alimentares e classificação pela EBIA deve ser interpretada com cautela. A escala mensura experiências domiciliares associadas à restrição de acesso aos alimentos, não constituindo medida direta da qualidade nutricional da dieta. Assim, diferenças entre diversidade alimentar, produção para autoconsumo e classificação de segurança alimentar não representam necessariamente inconsistências, mas dimensões distintas do fenômeno analisado.

A baixa confiança interpessoal e institucional prejudica ações coletivas e políticas públicas. A cooperação comunitária existe, mas é pontual, necessitando de fortalecimento institucional. Percebe-se que a produção para autoconsumo é estratégica, mas limitada por fatores como a fertilidade do solo no polo Custódio Freire, ou maior diversidade no Wilson Pinheiro. Diante das dificuldades de diversificação da produção, principalmente no polo Custódio Freire, a criação de um sistema de produção e mercado solidário, surge como uma alternativa para o fortalecimento do autoconsumo. A organização de produção de culturas diferentes em cada lote, com destinação para trocas de alimentos os vizinhos, poderia reduzir a dependência de compras no mercado, um gasto que compromete parte da renda agrícola, que poderia estar sendo destinada para melhorias no processo produtivo.

Considerados em conjunto, os resultados indicam que as dimensões do capital social se articulam às estratégias utilizadas pelas famílias para enfrentar dificuldades produtivas e alimentares. Confiança, solidariedade e redes de apoio aparecem associadas a práticas como ajuda entre vizinhos, circulação de informações e mobilizações em torno de problemas comuns. Entretanto, a baixa continuidade das ações coletivas e a fragilidade de algumas organizações locais limitam a capacidade de transformar esses vínculos em recursos institucionais permanentes.

Essa relação não ocorre isoladamente. Renda, autoconsumo, disponibilidade de água, fertilidade do solo, infraestrutura, assistência técnica e acesso às políticas públicas condicionam simultaneamente as possibilidades de reprodução social das famílias (Graciano *et al.*, 2018; Santos *et al.*, 2023). Os resultados apontam, assim, para uma interação entre recursos relacionais e condições estruturais, evitando atribuir ao capital social um papel causal exclusivo na explicação das condições de segurança alimentar.

Os resultados mostram que os vínculos comunitários constituem recursos importantes para as famílias dos polos agrofloretais, sobretudo diante de dificuldades cotidianas que mobilizam relações de ajuda, reciprocidade e cooperação. Esses recursos, contudo, encontram limites quando os problemas enfrentados dependem de infraestrutura, assistência técnica, investimentos ou outras formas de atuação do poder público. A solidariedade entre vizinhos pode amenizar determinadas dificuldades, mas não substitui políticas públicas capazes de responder de forma permanente às



necessidades produtivas e sociais das comunidades. Nesse sentido, capital social e atuação estatal não constituem alternativas excludentes. A capacidade das famílias de enfrentar situações de vulnerabilidade pode ser ampliada quando organização comunitária e políticas públicas se articulam no território.

Considerados conjuntamente, os resultados permitem compreender que a relação entre capital social e segurança alimentar nos polos estudados não se estabelece de maneira linear. As redes de vizinhança, a solidariedade, a disposição para cooperação e as experiências de mobilização coletiva constituem recursos que podem ampliar a capacidade das famílias de enfrentar dificuldades circunstanciais, como evidenciado nas práticas de ajuda e compartilhamento observadas. Entretanto, a conversão desses recursos relacionais em capacidades coletivas mais permanentes encontra limites na participação associativa descontínua, na baixa confiança institucional e nas dificuldades de articulação comunitária.

5 Considerações finais

O estudo analisou como diferentes dimensões do capital social se articulam às condições de segurança alimentar das famílias dos polos agroflorestais Custódio Freire e Wilson Pinheiro. Os resultados mostram que os laços comunitários se expressam em relações de vizinhança, práticas de solidariedade, disposição para cooperação e experiências de mobilização coletiva. Esses vínculos, contudo, coexistem com baixa confiança em determinadas relações, participação associativa descontínua e dificuldades de organização coletiva, o que limita sua conversão em capacidades coletivas mais permanentes. A análise também mostrou que as condições de segurança alimentar não podem ser explicadas exclusivamente pelo capital social ou pela renda agrícola. Produção para autoconsumo, diversidade produtiva, disponibilidade de água, condições do solo, infraestrutura, assistência técnica, benefícios sociais e outras fontes de renda compõem conjuntamente as estratégias de reprodução das famílias. Nesse sentido, os recursos relacionais podem ampliar a capacidade de enfrentamento das vulnerabilidades, mas sua efetividade depende das condições materiais e institucionais disponíveis no território.

Os resultados possuem implicações para as políticas públicas direcionadas aos polos agroflorestais. Medidas de fortalecimento da organização comunitária, das associações e das cooperativas podem contribuir para ampliar capacidades coletivas, especialmente quando articuladas a políticas de assistência técnica, infraestrutura produtiva, acesso à água, comercialização e apoio à produção para autoconsumo. O fortalecimento do capital social deve, assim, ser compreendido como dimensão complementar, e não substitutiva, da atuação estatal.

A pesquisa apresenta limitações decorrentes do caráter intencional e reduzido da amostra, da concentração da investigação em dois polos agroflorestais e da natureza transversal dos dados.



Essas características impedem generalizações estatísticas e inferências causais sobre a população dos polos. Em contrapartida, a combinação de instrumentos quantitativos e evidências qualitativas permitiu identificar mecanismos e relações relevantes para a compreensão dos casos estudados.

Estudos posteriores podem ampliar o número de famílias investigadas, incorporar outras experiências de assentamentos periurbanos e adotar desenhos longitudinais capazes de acompanhar mudanças nas redes comunitárias, nas condições produtivas e na segurança alimentar. Também constitui agenda relevante investigar de forma mais sistemática os mecanismos pelos quais organizações locais, políticas públicas e redes sociais interagem na construção de capacidades territoriais.

Conclui-se que a contribuição do capital social para a segurança alimentar está menos associada à simples existência de vínculos comunitários do que à capacidade de mobilizá-los em articulação com recursos econômicos, produtivos e institucionais. Os laços comunitários constituem recursos relevantes para as famílias, mas não substituem as condições materiais e institucionais necessárias à produção e à segurança alimentar. Nos polos estudados, seu potencial está relacionado à capacidade de articulação entre organização comunitária e políticas públicas, especialmente diante de demandas que dependem de infraestrutura, assistência técnica e atuação estatal.

Referências

- BOURDIEU, P. **The forms of capital**. In: RICHARDSON, J. G. (ed.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1997.
- CARDIA, L. M. **Cumprindo trajetos, refletindo sobre a memória: colonos e seringueiros migrantes em Rio Branco, Acre: uma abordagem antropológica**. Rio Branco: Edufac, 2010.
- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, p. S95-S120, 1988.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.
- FUKUYAMA, F. **Trust: the social virtues and the creation of prosperity**. New York: Free Press, 1995.
- FUKUYAMA, F. **Social capital and civil society**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2000. (IMF Working Paper, WP/00/74). DOI: 10.5089/9781451849585.001.
- GRACIANO, M. C.; ABDALA, K. de O.; SANTOS, L. de L.; ALMEIDA, L. M. de M. C. Efetividades do Programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos em Goiás: uma análise da segurança alimentar e da preservação ambiental. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 137–153, jan./mar. 2018. DOI: 10.20435/inter.v19i1.1403.



- GROOTAERT, C. et al. **Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)**. Washington, DC: Banco Mundial, Grupo Temático sobre Capital Social, 2003.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA): população residente, por situação, sexo e grupos de idade**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- JESUS, J. G.; HOFFMANN, R. Insegurança alimentar no Brasil e relação com a pobreza e outros condicionantes, 2004 a 2023. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 31, e024010, 2024. DOI: 10.20396/san.v31i00.8678004.
- PANIGASSI, G.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEÓN, L.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SAMPAIO, M. F. A.; MARANHA, L. K. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, p. 2376-2384, 2008.
- PONTES, C. J. F. A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, Rio Branco, v. 2, n. 1, p. 56-67, 2015.
- PUTNAM, R. D. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- PUTNAM, R. D. **Bowling alone: the collapse and revival of American community**. New York: Simon & Schuster, 2000.
- SABOURIN, E. P. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E. P.; TEIXEIRA, O. A. (ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 21-37.
- SANTOS, L. de L.; FERREIRA, D. P.; ALMEIDA, L. M. de M. C. Capital social e redes: uma análise dos efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios diferenciados no Estado de Goiás. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 253–272, 2016. DOI: 10.18764/2178-2865.v20n1p253-272.
- SANTOS, L. D. L.; FERREIRA, D. P.; ALMEIDA, L. M. D. M. C.; GRACIANO, M. C. Capital Social e Tipologia de Redes: análise comparativa entre duas cooperativas agrícolas em territórios rurais diferenciados no estado de Goiás. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 293–315, 2020. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2020.v23i1.381.
- SANTOS, R.; DE LIMA SANTOS, L.; MANOEL MORAES DE CAMARGO ALMEIDA, L.; CARMONA DUVAL, H. A (in) ação estatal na promoção da segurança alimentar: análise da PGPM sobre produtos da cesta básica de 2019 a 2022. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 23–52, 2023. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2023.v26i2.572.
- SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009. DOI: 10.20396/san.v16i2.8634782.
- TONI, F. **Gestão florestal na Amazônia brasileira: avanços e obstáculos em um sistema federalista**. La Paz: CIFOR; IDRC, 2006.